

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energética Serra da Prata S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Serra da Prata S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Deloitte Touche Tohmatsu

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

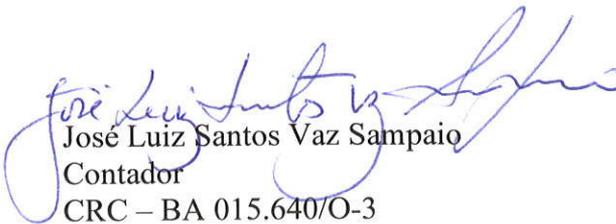
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Serra da Prata S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.5, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação dos ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Salvador, 4 de março de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC- nº 2SP 011.609/O-8-“F” BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC – BA 015.640/O-3

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	31/12/14	31/12/13	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	31/12/14	31/12/13
<u>CIRCULANTES</u>				<u>CIRCULANTES</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.501	2.399	Fornecedores	8	678	310
Aplicações financeiras	3	22.272	39.372	Financiamentos	9	5.897	5.556
Contas a receber de clientes	4	4.744	4.592	Impostos a recolher		365	349
Impostos a recuperar		117	237	Dividendos a pagar	12	4.313	38.850
Adiantamentos a fornecedores		205	153	Contas a pagar Eletrobras	10	21.174	2.060
Pagamentos antecipados		256	197	Outras contas a pagar		35	53
Total dos ativos circulantes		<u>42.095</u>	<u>46.950</u>	Total dos passivos circulantes		<u>32.462</u>	<u>47.178</u>
<u>NÃO CIRCULANTES</u>				<u>NÃO CIRCULANTES</u>			
Partes relacionadas	11	-	25.779	Financiamentos	9	90.738	96.635
Títulos de capitalização		25	25	Total dos passivos não circulantes		<u>90.738</u>	<u>96.635</u>
Cauções e depósitos vinculados	5	12.932	11.696	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Impostos diferidos	6	1.528	139	Capital social	12	87.720	87.720
Outros investimentos		10	10	Reservas de lucros		17.822	30.795
Imobilizado	7	172.152	177.729	Total do patrimônio líquido		<u>105.542</u>	<u>118.515</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>186.647</u>	<u>215.378</u>	<u>TOTAL DOS PASSIVOS</u>		<u>228.742</u>	<u>262.328</u>
<u>TOTAL DOS ATIVOS</u>		<u>228.742</u>	<u>262.328</u>	<u>E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>228.742</u>	<u>262.328</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/14	31/12/13
RECEITA LÍQUIDA	13	22.564	40.526
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Depreciações e amortizações		(5.572)	(6.302)
Custo de operação		(5.368)	(3.942)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(464)	(674)
Total	14	<u>(11.404)</u>	<u>(10.918)</u>
LUCRO BRUTO		<u>11.160</u>	<u>29.608</u>
RECEITAS (DESPESAS)			
Gerais e administrativas		(1.248)	(811)
Depreciações		(5)	(7)
Outras receitas (despesas), líquidas		92	1.214
Total	14	<u>(1.161)</u>	<u>396</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>9.999</u>	<u>30.004</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		4.785	4.548
Despesas financeiras		(7.934)	(8.565)
Total	15	<u>(3.149)</u>	<u>(4.017)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>6.850</u>	<u>25.987</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	16	(2.946)	(2.842)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6	636	34
Total		<u>(2.310)</u>	<u>(2.808)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>4.540</u>	<u>23.179</u>
Lucro por ação básico e diluído (expresso em reais R\$)		0,052	0,264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Lucro líquido do exercício	4.540	23.179
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>4.540</u></u>	<u><u>23.179</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		87.720	2.924	26.712	-	117.356
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.179	23.179
Constituição de reserva legal		-	1.159	-	(1.159)	-
Dividendos propostos	12	-	-	-	(22.020)	(22.020)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		87.720	4.083	26.712	-	118.515
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.540	4.540
Constituição de reserva legal		-	227	-	(227)	-
Dividendos propostos	12	-	-	(13.200)	(4.313)	(17.513)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		87.720	4.310	13.512	-	105.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/14	31/12/13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		4.540	23.179
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	14	5.577	6.309
Encargos sobre mútuo (líquido)	11, 15	(875)	(1.177)
Juros sobre financiamentos	9, 15	7.806	8.142
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	15	(3.910)	(3.339)
Ressarcimento Eletrobras	10, 13	21.174	2.060
Impostos diferidos	6.1	(1.389)	(62)
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(152)	927
Impostos a recuperar		120	9
Adiantamentos a fornecedores		(52)	(130)
Pagamentos antecipados		(59)	120
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		368	221
Impostos a recolher		1.356	1.254
Contas a pagar - Eletrobras	10	(2.060)	(1.293)
Outras contas a pagar		(18)	47
 Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.340)	(1.104)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	9	(7.806)	(8.941)
 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>23.280</u>	<u>26.222</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		19.774	(36.889)
Mútuo com partes relacionadas - concedidos		(255)	(920)
Mútuo com partes relacionadas - recebidos		26.909	175
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>46.428</u>	<u>(37.634)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de financiamentos	9	(5.556)	(5.617)
Dividendos pagos	12	(52.050)	(12.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(57.606)</u>	<u>(17.617)</u>
 AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>12.102</u>	<u>(29.029)</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	2.399	31.428
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	14.501	2.399
 AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>12.102</u>	<u>(29.029)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energética Serra da Prata S.A. (“Espra” ou “Companhia”), com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidroelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW*; (ii) Colino 1, com capacidade instalada de 16,0MW*; e (iii) Colino 2, com capacidade instalada de 11,0MW*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu.

Em 30 de junho de 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrados com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos a partir de 24 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período.

PCH	Valor total do contrato	Montante autorizado a	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
		ser vendido por ano	contratual	atualizado	Inicial	Final		
	R\$ mil	MWh	R\$	R\$				
Cachoeira da Lixa	172.450	65.349	121,35	217,41	mai/08	abr/28	IGP-M	Junho
Colino 1	153.243	61.057	121,35	217,41	set/08	ago/28	IGP-M	Junho
Colino 2	219.008	87.337	121,35	217,41	jul/08	jun/28	IGP-M	Junho

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Espra também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para conclusão pela Administração em 4 de março de 2015.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Espra. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota explicativa 7);
- Contas a pagar Eletrobras (nota explicativa 10); e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa 17).

2.5. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Espra for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

a.1) Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros da Espra foram classificados da seguinte forma:

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Espra possui classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2014 e de 2013 o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa 3).

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Espra possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Contas a receber de clientes (nota explicativa 4); e
- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 11).

Passivos financeiros

Outros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Espra compreendem:

- Financiamentos (nota explicativa 9);
- Fornecedores (nota explicativa 8); e
- Contas a pagar Eletrobras (nota explicativa 10).

Derivativos

A Espra não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

a.2) Capital Social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. As ações preferenciais dão direito de voto restrito e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Os dividendos mínimos obrigatórios são definidos em Estatuto e quando consignados ao final do exercício, conforme descrito na nota explicativa 12 e, são reconhecidos como passivo.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

a.3) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

a.4) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia se existe evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no individual, como no coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

A medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidos o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na nota explicativa 7.

c) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

d) Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefício econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e) Licenças ambientais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos.

f) Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

g) Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Espra optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Imposto diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

h) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2014, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2015 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Bancos conta movimento	14.501	2.399
Aplicações financeiras	<u>22.272</u>	<u>39.372</u>
Total	<u><u>36.773</u></u>	<u><u>41.771</u></u>
Apresentados como:		
Caixa e equivalentes de caixa	14.501	2.399
Aplicações financeiras	<u>22.272</u>	<u>39.372</u>
Total	<u><u>36.773</u></u>	<u><u>41.771</u></u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados às taxas que variam de 92% até 102% do CDI – Certificado de depósito interbancário.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são compostos por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S/A.	<u>4.744</u>	<u>4.592</u>

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Não circulante	<u>12.932</u>	<u>11.696</u>

Os saldos apresentados referem-se a aplicação financeira em fundo de renda fixa denominada de “fundo de liquidez em conta reserva” no Banco do Nordeste S.A., cujo objetivo é garantir o financiamento obtido para a construção das PCHs. Esta aplicação não poderá ser movimentada até o prazo final do financiamento que ocorrerá em 2026. Esta aplicação é remunerada por 97% da variação do CDI.

6. IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
PIS diferido	148	13
COFINS diferida	680	62
IRPJ diferido	455	41
CSLL diferida	245	23
Total	<u>1.528</u>	<u>139</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função da diferença na receita entre a energia gerada e a efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

6.1. Movimentação dos impostos diferidos

	<u>PIS/COFINS</u>	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	47	30	77
Movimentação líquida	28	34	62
Saldo em 31 de dezembro de 2013	75	64	139
Movimentação líquida	753	636	1.389
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>828</u>	<u>700</u>	<u>1.528</u>

ENERGÉTICA SIERRA DA PRATA S.A.

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/12	Adições	Saldo em 31/12/13	Adições	Saldo em 31/12/14
<u>Custo corrigido</u>						
<u>Geração</u>						
Terrenos		595	-	595	-	595
Reservatórios , barragens e adutoras	2%	95.797	-	95.797	-	95.797
Edificações obras civis e benfeitorias	3%	46.336	-	46.336	-	46.336
Máquinas e equipamentos	3%	65.005	-	65.005	-	65.005
Móveis e utensílios	10%	119	-	119	-	119
Equipamentos de informática	16%	247	-	247	-	247
Outros	14%	10	-	10	-	10
Total		<u>208.109</u>	<u>-</u>	<u>208.109</u>	<u>-</u>	<u>208.109</u>
<u>Administração</u>						
Móveis e utensílios	10%	40	-	40	-	40
Equipamentos de informática	16%	18	-	18	-	18
Total		<u>58</u>	<u>-</u>	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>58</u>
Total dos custos		<u>208.167</u>	<u>-</u>	<u>208.167</u>	<u>-</u>	<u>208.167</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
<u>Geração</u>						
Reservatórios , barragens e adutoras		(9.999)	(2.232)	(12.231)	(2.243)	(14.474)
Edificações obras civis e benfeitorias		(5.587)	(1.257)	(6.844)	(1.257)	(8.101)
Máquinas e equipamentos		(9.066)	(2.019)	(11.085)	(2.019)	(13.104)
Móveis e utensílios		(50)	(12)	(62)	(12)	(74)
Equipamentos de informática		(132)	(40)	(172)	(40)	(212)
Outros		(5)	(1)	(6)	(1)	(7)
Total		<u>(24.839)</u>	<u>(5.561)</u>	<u>(30.400)</u>	<u>(5.572)</u>	<u>(35.972)</u>
<u>Administração</u>						
Móveis e utensílios		(16)	(5)	(21)	(4)	(25)
Equipamentos de informática		(15)	(2)	(17)	(1)	(18)
Total		<u>(31)</u>	<u>(7)</u>	<u>(38)</u>	<u>(5)</u>	<u>(43)</u>
Total da depreciação		<u>(24.870)</u>	<u>(5.568)</u>	<u>(30.438)</u>	<u>(5.577)</u>	<u>(36.015)</u>
Total do ativo imobilizado		<u>183.297</u>	<u>(5.568)</u>	<u>177.729</u>	<u>(5.577)</u>	<u>172.152</u>

As imobilizações em serviço estão divididas em dois grupos:

- Geração - Composto basicamente de ativos do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata, pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.
- Administração - Composto pelos ativos utilizados no escritório da administração da Espra.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A ANEEL, através do ofício 459/2001- SFF/ANEEL, de 26 de junho de 2001, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Espra no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures.

A depreciação dos ativos do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata foi calculada de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

8. FORNECEDORES

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Fornecedores	<u>678</u>	<u>310</u>

Os fornecedores são formados principalmente por valores gastos com manutenção e custos de operação.

9. FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/14</u>		<u>Encargos</u>	<u>31/12/13</u>	
	<u>Principal</u>	<u>Total</u>		<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Circulante	5.897	5.897	20	5.536	5.556
Não Circulante	90.738	90.738	-	96.635	96.635
Total	<u>96.635</u>	<u>96.635</u>	<u>20</u>	<u>102.171</u>	<u>102.191</u>

A Companhia, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos.

Como garantias a este financiamento foram concedidos:

a) Hipoteca de primeiro grau dos imóveis com todas as instalações existentes na: (i) imóvel rural PCH - Cachoeira da Lixa, situado no município de Jucuruçu (BA); (ii) imóvel rural PCH Colino 1 - DEF, situado no município de Vereda (BA); e (iii) Fazenda Entorno PCH - Colino 2, situada no município de Vereda (BA);

b) Penhor de ações, celebrado nos termos dos artigos 1.419 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.405/2002) e art. 39 da Lei nº 6.404/76. A controladora Enerbras, na qualidade de interveniente, oferece em penhor as ações ordinárias de emissão da Enerbras;

c) Penhor dos Direitos Emergentes das Resoluções Autorizativas, celebrado em conformidade com os artigos 1.431 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) e conforme permitido o parágrafo 1º do artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, a controladora Enerbras dá em penhor ao BNB:

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

c.1) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Enerbras, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis e das seguintes Resoluções Autorizativas: (i) PCH Cachoeira da Lixa: Resolução Autorizativa nº 697, de 24 de dezembro de 2003; (ii) PCH Colino 1: Resolução Autorizativa nº 703, de 24 de dezembro de 2003; e (iii) PCH Colino 2: Resolução Autorizativa nº 695, de 24 de dezembro de 2003, posteriormente alteradas pelas Resoluções nº 427, 425 e 426, todas de 24 de dezembro de 2004, e pelas Disposições SCG/ANEEL nº 591 e nº 588, de 20 de março 2006, e nº 529, de 15 de março 2006, respectivamente, incluindo, mas não se limitando a todas as indenizações pela revogação ou extinção da autorização; e

c.2) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e das seguintes Resoluções Autorizativas: (i) PCH Cachoeira da Lixa: Resolução Autorizativa nº 697, de 24 de dezembro de 2003; (ii) PCH Colino 1: Resolução Autorizativa nº 703, de 24 de dezembro de 2003; (iii) PCH Colino 2: Resolução Autorizativa nº 695, de 24 de dezembro de 2003, com suas alterações mencionadas no item 'a', e dos Contratos de Compra e Venda de Energia: CT-PROINFA/PCH-MRE nº 032/2004 (PCH Cachoeira da Lixa); CT-PROINFA/PCH-MRE nº 033/2004 (PCH Colino 1) e CT-PROINFA/PCH-MRE nº 034/2004 (PCH Colino 2), celebrados entre a Enerbras e a ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

d) Cessão e vinculação de receita dos contratos firmados com a ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; e

e) Fundo de liquidez em conta reserva.

11.1 Movimentação:

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	108.607
Encargos financeiros	8.142
Amortização da dívida	(5.617)
Juros pagos	(8.941)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	102.191
Encargos financeiros	7.806
Amortização da dívida	(5.556)
Juros pagos	(7.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>96.635</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Saldo</u>
2016	6.275
2017	6.676
2018	7.099
2019	7.548
2020	8.022
2021 a 2025	48.891
+ 2026	6.227
	<u>90.738</u>

10. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	<u>21.174</u>	<u>2.060</u>

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Companhia e Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobras. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Movimentação

	<u>31/12/2012</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2014</u>
ELETROBRAS	<u>1.293</u>	<u>2.060</u>	<u>(1.293)</u>	<u>2.060</u>	<u>21.174</u>	<u>(2.060)</u>	<u>21.174</u>

11. PARTES RELACIONADAS

	<u>Vigência</u>		<u>Ativo</u>	<u>Resultado</u>	
	<u>Início</u>	<u>Fim</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Mútuo					
Renova Energia S.A. (controladora indireta)	10/07/09	31/12/14	12.987	443	596
Enerbras S.A. (controladora direta)	10/07/09	31/12/14	12.792	432	581
			<u>25.779</u>	<u>875</u>	<u>1.177</u>

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2013 assim como as transações que afetaram o resultado do exercício de 2013 e 2014 são, relativos a operações com partes relacionadas decorrentes de transações da Espra com sua controladora direta e indireta, sujeitas a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,5% a.a. Estes ativos foram recebidos no exercício de 2014.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

A Enerbras S.A. é o acionista controlador da Espra para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é de R\$87.720 e está representado por 87.810.191, sendo 85.171.811 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 2.638.380 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Apropriação do lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os valores apropriados para as reservas de lucros são determinados da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- b) O restante será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas conforme abaixo especificado.

Conforme estatuto social da Companhia os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram propostos R\$ 17.513 em dividendos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram propostos R\$ 22.020 em dividendos e pagos R\$ 12.000, conforme quadro abaixo:

	Dividendos		31/12/13	Dividendos		31/12/14	
	31/12/12	Propostos		Pagos	Propostos		Pagos
Dividendos a pagar	28.830	22.020	(12.000)	38.850	17.513	(52.050)	4.313

13. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/14		31/12/13	
	MW/h*	Valor	MW/h*	Valor
<u>Disponibilização de energia</u>				
Suprimento de energia elétrica	213.743	44.855	224.434	44.121
Ressarcimento Eletrobras		(21.494)		(2.060)
Total		23.361		42.061
(-)Deduções da receita				
Cofins		(655)		(1.262)
PIS		(142)		(273)
		(797)		(1.535)
Total		22.564		40.526

(*) informações não auditadas pelos auditores independentes.

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

	31/12/14			31/12/13		
	Custos dos serviços	Despesas operacionais	Total	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total
Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição	(378)	-	(378)	(593)	-	(593)
Taxa de fiscalização	(86)	-	(86)	(81)	-	(81)
	<u>(464)</u>	<u>-</u>	<u>(464)</u>	<u>(674)</u>	<u>-</u>	<u>(674)</u>
Serviços de terceiros	(4.884)	(1.048)	(5.932)	(3.300)	(581)	(3.881)
Aluguéis	(59)	-	(59)	-	-	-
Depreciação e amortização (*)	(5.572)	(5)	(5.577)	(6.302)	(7)	(6.309)
Seguros	(425)	-	(425)	(511)	-	(511)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	(108)	(108)	(131)	984	853
	<u>(10.940)</u>	<u>(1.161)</u>	<u>(12.101)</u>	<u>(10.244)</u>	<u>396</u>	<u>(9.848)</u>
Total	<u>(11.404)</u>	<u>(1.161)</u>	<u>(12.565)</u>	<u>(10.918)</u>	<u>396</u>	<u>(10.522)</u>

(*) Em 2013 essa conta contemplava a amortização do ativo diferido no montante de R\$ 741 que foi totalmente amortizado no exercício de 2013.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/14	31/12/13
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções	3.910	3.339
Juros - mútuo	875	1.177
Outros	-	32
	<u>4.785</u>	<u>4.548</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(7.806)	(8.142)
IOF	(60)	(387)
Outras	(68)	(36)
	<u>(7.934)</u>	<u>(8.565)</u>
Total	<u>(3.149)</u>	<u>(4.017)</u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Base de cálculo presumido	44.855	44.121	44.855	44.121
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	3.588	3.530	5.383	5.295
Outras receitas	4.673	4.432	4.673	4.432
Base de cálculo	8.261	7.962	10.056	9.727
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%
Total	(2.065)	(1.991)	(905)	(875)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	24	24	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(2.041)	(1.967)	(905)	(875)

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social, respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Espra possui contraparte o BNB. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições.

As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um risco de mercado associado ao TJLP.

b) Análise de sensibilidade

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Espra à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2014. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas.

<u>Ativo financeiro</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	(240)
Cauções e depósitos vinculados	Baixa do CDI	(139)

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

O fluxo de realização das obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo:

<u>Instrumentos a Taxa de Juros</u>	<u>Total</u>	<u>De 1 mês a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 ano</u>	<u>Mais de 5 ano</u>
Financiamentos	96.635	5.897	35.619	55.119

d) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Espra não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada a rubrica de clientes.

Ativos financeiros	Nota	Valor Contábil	
		<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Circulante			
Contas a receber de clientes	4	4.744	4.592

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

f) Gestão de capital

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Dívida de financiamento	96.635	102.191
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	36.773	41.771
Dívida líquida	59.862	60.420
Patrimônio líquido	105.542	118.515
Índice de alavancagem financeira - %	57%	51%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

g) Risco da escassez hidrológica

A Espra gera energia por meio de usinas hidrelétricas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega de energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de longo prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica está inserida no Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

h) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. Para 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis), para 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Valor justo em 31/12/2014			
	Saldo em 31/12/2014	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	22.272	-	22.272	-

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis.

18. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros contratados pela Companhia.

Objeto da Garantia	Importância			Segurado
	Segurada	Início	Fim	
Riscos Operacionais	156.109	25/09/14	25/09/15	Espra
Riscos operacionais	20.000	25/09/14	25/09/16	Espra